

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

O CAMPO LEXICAL DA COSMOLOGIA EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS



Araraquara – SP

2015

DACYO CAVALCANTE FERNANDES

O CAMPO LEXICAL DA COSMOLOGIA EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Monografia apresentada à disciplina Monografia de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras, habilitação em Português-Alemão, pela Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, sob a orientação da Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti.

Araraquara – SP

2015

À Talita Souza de Lima Cavalcante, sem
cujo permanente e irrestrito suporte
minha jornada acadêmica – e pessoal –
não seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria Sirlei Cavalcante, que me dedicou seus melhores anos e mais heroicos esforços para que eu pudesse realizar minha vocação de ser humano.

À minha esposa, Talita Souza de Lima Cavalcante, e à minha filha, Aimée de Lima Cavalcante, por quem e em razão de quem sou impelido a melhorar continuamente.

À minha orientadora, Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti, que, com admirável competência e sensibilidade, conduziu-me no período mais importante dos meus estudos.

À FAPESP, pela bolsa de Iniciação Científica concedida durante a graduação.

A todos os que não estão aqui mencionados, mas que, de alguma forma, concorreram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A presente monografia consiste em um estudo metalexigráfico realizado sobre dois dicionários bilíngues de línguas indígenas brasileiras, analisados através do filtro temático da cosmologia, isto é, com enfoque nos lexemas que exprimem os conhecimentos indígenas acerca do céu, dos fenômenos naturais e dos elementos sociológicos associados. O levantamento dos dados lexicais serviu como base para a elaboração de um banco de dados de valioso emprego para futuros estudos, tanto no campo da lexicografia como no da cosmologia e etnografia.

Palavras-chave: línguas indígenas, lexicografia, cosmologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. OBJETIVOS.....	7
2. MOTIVAÇÕES E BALIZAS.....	8
2.1. Por que línguas indígenas?	8
2.2. Por que cosmologia?	11
3. DISCUSSÕES PRELIMINARES.....	17
3.1. Aporte teórico	17
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	23
4.1. Materiais e métodos	23
4.2. Banco de dados	25
4.3. Análise dos dicionários	30
4.3.1. Dicionário do ka'apór	31
4.3.2. Dicionário do yuhupdeh	35
4.3.3. Levantamento estatístico	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
BIBLIOGRAFIA.....	46

INTRODUÇÃO

A presente monografia consiste na sistematização e aprofundamento das análises realizadas na pesquisa de iniciação científica que desenvolvemos no último ano do curso de graduação. Dispostos a efetuar um breve estudo metalexicográfico de dicionários de línguas indígenas brasileiras, propusemos como recorte temático o campo lexical da cosmologia, de modo a estabelecer os limites da investigação e viabilizar a elaboração do trabalho diante dos recursos teóricos e temporais disponíveis.

A definição da pesquisa parte da constatação da singular riqueza cultural estocada no inventário linguístico das comunidades indígenas brasileiras, depositárias de um saber inestimável cujo valor se avulta diante do declínio de muitas dessas populações. Diante de tal panorama, traçamos uma rota de investigação que nos permitisse entrar em contato com distintas línguas indígenas e, por meio da elaboração de um *corpus*, produzir material para análise e divulgação dos dados linguísticos e culturais desses povos.

Cabe ressaltar, ainda, que a criação do referido banco de dados, que forneceu conteúdo pragmático ao desenvolvimento do trabalho ora exposto, há de servir como subsídio para a composição de um *corpus* mais amplo e completo, uma vez que a pesquisa realizada se inscreve dentro de um projeto maior, que abrange outros dicionários e línguas indígenas brasileiras, e abarca outros campos lexicais. Esse projeto privilegiado, que se constrói pela convergência de esforços, é liderado pela orientadora desta monografia (Profa. Dra. Cristina Martins Fargetti), e se dispõe a fornecer informações que possam contribuir, pelo viés linguístico, com estudos em distintos campos epistemológicos.

1. OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivos gerais a realização de uma breve análise metalexicográfica de dicionários de línguas indígenas brasileiras, efetuada mediante o recorte temático correspondente ao campo lexical da cosmologia. Os objetivos específicos, por sua vez, consistiram na estruturação de um banco de dados por meio de *software* apropriado aos procedimentos da linguística de *corpus*.

O levantamento dos itens lexicais e sua compilação em um *corpus*, em um primeiro momento, o tratamento das informações e sua sistematização no banco de dados, em um segundo, e a análise dos dicionários, em um terceiro, foram etapas complementares de um trabalho que se propôs interdisciplinar, tributário de conceitos da linguística, antropologia e astronomia, e disposto a fornecer contribuições preliminares a essas mesmas áreas.

2. MOTIVAÇÕES E BALIZAS

Nesta seção, discorreremos sobre a relevância científica e social das línguas indígenas e do campo cosmológico, bem como sobre as relações de imbricamento entre esses sistemas de conhecimento, aspectos que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa e orientaram seu recorte temático.

2.1. Por que línguas indígenas?

É ponto pacífico entre os estudiosos das ciências humanas a incalculável riqueza cultural encarnada nas mais distintas comunidades indígenas. Seja pela incrível variedade de línguas que utilizam, seja pelas suas particulares maneiras de olhar o mundo, seja pela relação visceral com o chão e o cosmo, as diversas etnias indígenas encerram um manancial cognoscente extraordinário, que apresenta formas inigualáveis de perceber a realidade circundante e fornece novas perspectivas para a investigação de fenômenos linguísticos, antropológicos, histórico-sociais. Nada mais natural, portanto, o surgimento de vozes que reconhecem a relevância das línguas indígenas no cenário das pesquisas linguísticas, como a de Borges:

Trata-se de um campo sempre em aberto, dada a sua diversidade e o enorme potencial, para aplicação de métodos analíticos, cujos resultados contribuem para alargar o conhecimento acerca do objeto específico língua, bem como proporcionam um aprofundamento acerca dos elementos que constituem o homem em sua historicidade. A isso se acrescenta o fato de que, a respeito de toda produção lingüística analisando, descrevendo e classificando as línguas indígenas brasileiras, há ainda muito espaço a ser preenchido, inúmeras perguntas a serem feitas e respondidas, todo um campo de conhecimento e ação a ser ocupado. Seja no que respeita à lingüística interna ou estrutural, seja, enfim, referente a questões concernentes a todos os campos possíveis de serem abordados pelas ciências da linguagem (BORGES, 1998: 11).

E a de Rodrigues, que realça o caráter prioritário desse tipo de estudo:

Das tarefas da linguística pura que podemos entrever no Brasil e que reclamam a dedicação de especialistas com boa formação científica, devemos pôr em primeiro lugar a investigação das línguas indígenas [...]. O estudo dessas línguas é evidentemente de grande importância para o incremento dos conhecimentos linguísticos; cada nova língua é uma outra manifestação de como se pode realizar a linguagem humana [...]. As línguas indígenas constituem, pois, um dos pontos para os quais os linguistas brasileiros deverão voltar a sua atenção. Tem-se aí, sem dúvida, a maior tarefa da linguística no Brasil (RODRIGUES, 1966: 4-5).

Para Seki (2000), a prioridade dos estudos de línguas indígenas pode ser definida de acordo com dois aspectos fundamentais – o científico e o social:

Do ponto de vista científico, a relevância das línguas indígenas e sua pesquisa fica evidente diante da consideração de que a linguística busca compreender a natureza da linguagem humana, fenômeno que se caracteriza pela unidade na diversidade, manifestando-se em cada língua de forma particular e única [...]. As línguas indígenas despertam interesse especial não por serem “exóticas”, mas por serem diversificadas e estarem entre as menos conhecidas da ciência, do que decorre a expectativa de que possam apresentar propriedades ainda não observadas em línguas de outras regiões [...]. Ao mesmo tempo, a compreensão de que o processo de perda de línguas é determinado por fatores de ordem política e social sobre os quais os linguistas não têm controle tem servido de base para uma postura que focaliza a relevância científica do estudo das línguas indígenas e sua “preservação” enquanto objeto da linguística. Uma consequência é a postulação de que um grande esforço deve ser feito tendo em vista documentar as línguas ameaçadas. (SEKI, 2000: 164-165).

Nessa perspectiva, além do seu valor linguístico intrínseco, os idiomas indígenas se fazem ainda mais relevantes em função das ameaças às quais se encontram historicamente submetidos.

A cruenta experiência colonizadora no continente sul-americano culminou no sufocamento da vasta profusão cultural dos povos nativos, suprimindo conhecimentos, técnicas e mitos que jamais serão recuperados. No Brasil, os processos de invasão do homem branco deflagraram o desaparecimento de aproximadamente 1.000 idiomas indígenas, “[...] o que representa 85% das línguas existentes no território brasileiro no século XVI” (SEKI, 1999: 258).

No que pese a irrecuperável perda cultural decorrente da sua colonização predatória, nosso país ainda conta com uma considerável diversidade de populações indígenas, concentradas em pequenas manchas demográficas localizadas sobretudo na região Amazônica e Centro-Oeste. De acordo com os dados do censo de 2010, a população indígena brasileira é composta por 896,9 mil indivíduos, oriundos de 305 etnias diferentes e falantes de 274 idiomas:

O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados [...] e também as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça [...], mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados (<http://cod.ibge.gov.br/20ds7>).

No entanto, malgrado o enorme potencial linguístico que esse inventário representa, bem como o aguerrido esforço dos estudiosos para a preservação e sobrevivência de tais culturas, o saber estocado nas línguas desses povos ainda é pouco (re)conhecido pela população “não índia”, e carece mesmo de suficiente atenção por parte da comunidade acadêmica:

Moore (2008, p. 01) salienta que, de todas as línguas indígenas brasileiras, apenas 13% possuem uma descrição completa (descrição da gramática, coletânea de textos, dicionário); 38% possuem descrição avançada (tese de doutorado ou muitos artigos); 29% possuem descrição incipiente (dissertação de mestrado ou alguns artigos) e 19% não possuem nada de importância científica. Ainda segundo o autor, 21% dessas línguas estão ameaçadas de extinção em curto prazo, sobretudo em decorrência do número reduzido de falantes e da baixa transmissão à nova geração (SILVA, 2013: 15).

Não bastasse a penumbra em que tais assuntos são ordinariamente deixados do ponto de vista social e científico, as condições adversas enfrentadas por várias etnias torna ainda mais premente a necessidade de pesquisas que se debrucem sobre as questões indígenas:

É muito variável o número de falantes por língua, havendo apenas uma, o Ticuna, com cerca de 20.000. Três línguas – o Makuxi, o Terena e o Kaingang – contam com 10.000 falantes; vinte línguas têm entre 1.000 e 10.000 falantes, e as outras 156 têm menos de mil, sendo que dentre elas, 40

são faladas por menos de cem pessoas, havendo casos de línguas com menos de 20 falantes (RODRIGUES, 1993, *apud* SEKI, 1999: 258-259).

Em face dessa realidade, faz-se necessário estimular e desenvolver novos trabalhos que se dediquem a investigar os diferentes fenômenos e as particularidades linguísticas dos grupos indígenas brasileiros, com vista a fornecer incrementos à produção científica e oportunidades de renovação a conhecimentos e vidas em vias de declínio.

2.2. Por que cosmologia?

A íntima articulação entre língua, pensamento e cultura é um fator que impõe uma obrigatoriedade epistemológica para a realização dos estudos linguísticos, que consiste na nítida demarcação de um âmbito de exame. Caso contrário, lançar-se a um escrutínio que supõe abarcar todos os ângulos de uma dada língua (ou de um dado grupo de línguas) constituiria uma tarefa tão ambiciosa quanto impraticável – e, portanto, pouco compensadora.

Dada a necessidade de seleção de um filtro cultural específico, através do qual efetuamos o levantamento e a investigação dos dados linguísticos, aprouve-nos optar pelo domínio da cosmologia, em função do lugar fronteiriço que ocupa entre distintas áreas do saber (como a (etno)astronomia, a mitologia, a antropologia, a linguística). Assim, pautado por um posicionamento que se quis deliberadamente interdisciplinar, o recorte temático deste trabalho nos permitiu operar sobre um campo marcado por sua multiplicidade inerente, a qual favorece, portanto, a divulgação de uma rede mais ampla e consistente de conhecimentos.

Além de cientificamente estratégica, a escolha do campo cosmológico se justifica por dois fatores fundamentais, a saber: a própria relevância que a área representa para a constituição e desenvolvimento das mais distintas culturas; e o crescente risco de desaparecimento a que esses saberes se fazem expostos.

A cosmologia sempre configurou uma esfera de saberes cruciais para o ser humano, estabelecendo um marcante ponto de contato entre as mais dessemelhantes civilizações:

A observação do céu sempre esteve na base do conhecimento de todas as sociedades do passado, submetidas em conjunto ao desdobramento cíclico de fenômenos como o dia e a noite, as fases da Lua e as estações do ano. Os indígenas há muito perceberam que as atividades de caça, pesca, coleta e lavoura estão sujeitas a flutuações sazonais e procuraram desvendar os fascinantes mecanismos que regem esses processos cósmicos, para utilizá-los em favor da sobrevivência da comunidade (AFONSO, 2006: 48).

Para as etnias brasileiras, esse fato não é diferente, de modo que as relações entre céu e terra servem como substrato para o florescimento de diversos fenômenos culturais indígenas, balizando suas técnicas de produção agrícola, guiando eventuais movimentos migratórios e assim por diante:

O ciclo de fenômenos terrestres e celestes reflete-se em atividades sociais – pesca, agricultura, caça, lazer e cerimoniais – gerando um conjunto de indicadores de épocas do ano que contribuem para a organização social do grupo e possibilitam, consequentemente, a construção de calendários locais (CAMPOS, 2006: 71).

Mais do que a estruturação da realidade material, a cosmovisão de um povo encerra noções basais para a organização dos seus meios simbólicos de vida, inspirando tradições ancestrais, moldando e emoldurando sua cosmogonia e penetrando seus mitos e lendas. Segundo Borges, os mitos funcionam como discursos formadores¹ para as

¹ “Os discursos formadores são, pois, aqueles que ‘funcionam como referência básica no imaginário constitutivo’” (ORLANDI, 1993: 23-4; 7, *apud* BORGES, *op. cit.*: 17).

sociedades de tradição oral, instaurando uma relação de espelhamento recíproco entre sua vida material e simbólica:

Nas sociedades de tradição oral, mais do que em quaisquer outras, a estruturação étnica, histórico-jurídica e religiosa têm no mito a sua referência fundacional e sua sustentabilidade identitária. Assim, se o mito é capaz de refletir os estados de desenvolvimento das relações sociais, de acordo com os processos de formação e projeção de auto-imagem; de igual modo, a organização e funcionamento sociais refletem os princípios fundacionais presentes nas narrativas mitológicas estrito senso, dado que entre o mito e a sociedade estabelece-se uma dupla projeção especular (BORGES, *op. cit.*: 8).

Engastado no âmbito da cosmologia, o mito é entendido pelo autor como um fator multidimensional, ponto de confluência de variados elementos culturais:

O mito constitui e atravessa a totalidade sócio-histórico-imaginária desse tipo de sociedade [de tradição oral] e, nesse sentido, ele é universal. As referências ao mito compõem um quadro multifacetado de linguagem, história, religião, poesia, instituição ético-jurídica e cosmologia (BORGES, *op. cit.*: 12).

Destarte, constituindo um campo nuclear para a definição identitária e étnica de povos plurais, a cosmologia permite traçar paralelos de similitude entre civilizações afastadas no tempo e no espaço, o que levanta questões pertinentes tanto à linguística quanto à antropologia e à historiografia. Afonso atesta a existência de tais relações de aproximação em face do desencontro:

Durante nossas pesquisas em etnoastronomia tupi-guarani, tivemos diálogos informais e realizamos observações do céu com pajés de todas as regiões brasileiras. Além disso, utilizamos documentos históricos que relatam diversos mitos, constelações e a importância da astronomia no cotidiano das famílias indígenas.

[...]. O que nos incentivou a realizar esse trabalho de resgate da astronomia tupi-guarani foi perceber, em 1991, que o sistema astronômico dos tupinambás do Maranhão de 1612 é muito semelhante ao utilizado, atualmente, pelos guaranis do sul do Brasil, embora separados pelas línguas (tupi e guarani), pelo espaço (mais de 3 mil km, em linha reta) e pelo tempo (quase 400 anos) (AFONSO, *op. cit.*: 48).

As barreiras do tempo, do espaço, da língua, não obstaram a convergência dos elementos cosmológicos entre distintos povos indígenas, de forma que etnias diferentes apresentam maneiras semelhantes de observar o céu e identificar regiões constelares:

Entre várias populações indígenas, além de juntarem-se estrelas para constituir as figuras das constelações, há “constelações” de zonas escuras do céu simbolizando entidades da Terra. Assim os Quíchua têm dois sistemas de classificação. Às ligações de estrelas (pontos), atribuem os objetos e construções humanas. As “nuvens negras” ou regiões escuras do céu, representam animais próprios de seu ambiente. O Saco de Carvão (nuvem de poeira e gases não iluminada) próximo do Cruzeiro do Sul é o “Yutu”, nome de alguma ave da família dos *tinamidae* [...] (CAMPOS, 1999: 51).

Quíchua é uma designação mais ou menos genérica que se refere a grupos indígenas andinos que falam a língua quíchua. Esse idioma, que já era utilizado na região dos Andes bem antes do império inca, é falado ainda hoje na forma de distintas variedades dialetais, distribuindo-se por territórios como a Argentina, Chile, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador.

Do mesmo modo que os quíchua, numerosos povos brasileiros também observam os “sacos de carvão” (regiões obscuras do céu, também conhecidas como “nebulosas de absorção”) e os incorporam às suas constelações e mitos. Esse é o caso dos juruna, para os quais “[...] mesmo as constelações de ‘nuvens negras’ dispõem, em sua origem, de atributos humanos. Assim parece ser também para outros povos xinguanos, conforme pudemos constatar em conversas informais” (FARGETTI, 2006: 113).

De acordo com Afonso: “[...] algumas das constelações dos tupis-guaranis, utilizadas no cotidiano, são as mesmas de outros índios da América do Sul e dos aborígenes australianos. É o caso da ‘Ema’ e do ‘Homem Velho’ [...]” (AFONSO, *op. cit.*: 48). A respeito da constelação da Ema, o autor explica:

Na segunda quinzena de junho, quando a Ema (*Guyra Nhandu*) surge em sua totalidade ao anoitecer, no lado leste, indica o início do inverno para os índios do sul do Brasil e o início da estação seca para os do norte. A constelação da Ema (*Rhea americana alba*) se localiza numa região do céu limitada pelo Cruzeiro do Sul e Escorpião (AFONSO, *op. cit.*: 54, grifos do autor).

A relação proposta por Afonso se mostra legítima em Mações e Grecco (2006), segundo os quais a comunidade aborígene boorong, que viveu na Austrália até o século XIX, utilizava a constelação do emu (uma ave de grande porte e incapaz de voar) como referencial celeste para a marcação de ciclos anuais. Segundo os autores:

O ano dos Boorong começava em março, quando Tchingal [...], o emu, começava a nascer no leste, durante a noite. Esta constelação englobava as hoje conhecidas como centauro, Lobo e parte de Escorpião (MAÇÕES & GRECCO, *op. cit.*: 32).

Essa inestimável riqueza cultural e histórica, estocada na cosmologia dos mais distintos povos, porém, parece não ser suficiente para sua conservação no interior das próprias comunidades, de modo que tais saberes se encontram não raro ameaçados de desaparecimento, seja pelo encolhimento das respectivas populações, seja pelo desinteresse dos jovens em renovar sua tradição, seja pela reduzida produção científica na área:

Existem bem poucos trabalhos com suficiente clareza de identificação sobre a relação céu-terra para os povos indígenas, impedindo uma comparação maior e apontando, inclusive, uma necessidade urgente de empreender pesquisas nesse sentido. Como Fabian notou entre os bororo, o conhecimento sobre as estrelas e outros corpos celestes tem se perdido, mantido apenas pelos mais velhos da comunidade. Entre os juruna, a situação não é diferente [...] (FARGETTI, 2006: 114).

Afonso reconhece o mesmo risco, e enfatiza os problemas que entravam a atuação dos pesquisadores:

A comunidade científica conhece muito pouco da astronomia indígena e da sua relação com o ambiente, patrimônio que pode ser perdido em uma ou duas gerações pelo rápido processo de globalização, que tende a homogeneizar as culturas e assim perder as nuances da diversidade. Esse risco ocorre, também, pela falta de pesquisa de campo e pelas dificuldades de pesquisa em documentar, avaliar, validar, proteger e disseminar os conhecimentos astronômicos indígenas do Brasil (AFONSO, *op. cit.*: 50).

Diante de tão prementes questões, o recorte temático aqui defendido favorece a salvaguarda da cultura secular de tais povos e permite “[...] auxiliar as comunidades,

que assim o desejarem, no sentido de preservar e/ou revitalizar suas línguas e sistemas de conhecimentos” (SEKI, 2000: 165). Mantendo esse panorama em vista, elegemos como enfoque o campo da cosmologia, francamente privilegiado pela sua natureza transdisciplinar, a qual lhe arvora à condição de elemento vital às mais distintas sociedades e, por isso mesmo, faz dele uma fonte valiosa à divulgação científica e um instrumento adequado à preservação cultural.

3. DISCUSSÕES PRELIMINARES

Neste capítulo, apresentamos aspectos teóricos que sustentam o trabalho de coleta e análise dos dados. Em tempo, alertamos que os apontamentos técnicos expostos não se destinam a esgotar as teorias da área, e sim a fornecer os subsídios básicos para a compreensão das práticas efetuadas e dos resultados obtidos. Os parâmetros teóricos mobilizados serão detalhados no decorrer das próprias análises, quando assim se fizer necessário.

3.1. Aporte teórico

O ramo da linguística dedicado à elaboração técnica dos dicionários é genericamente denominado *lexicografia*. No entanto, segundo Welker (2004), o termo apresenta dois sentidos:

numa acepção – na qual se usa também a expressão *lexicografia prática* – ele designa a “ciência”, “técnica”, “prática” ou mesmo “arte” de elaborar dicionários [...];

para a outra acepção – a *lexicografia teórica* – emprega-se freqüentemente, em línguas como o inglês, francês e alemão, o termo *metalexicografia*, e tendo em vista que, internacionalmente, ele é adotado por muitos, vou usá-lo também em português [...] (WELKER, *op. cit.*: 11, grifos do autor).

De modo a favorecer o sentido unívoco da expressão, seguimos o alvitre do autor, preferindo o termo *metalexicografia* para designar a análise formal das obras aqui proposta. Segundo o teórico:

A metalexicografia abrange: o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, a crítica de dicionários, a pesquisa da história da lexicografia, a pesquisa do uso de dicionários (cf. Hausmann 1985: 368, Wiegand 1989: 258) e ainda a tipologia (cf. Martínez de Souza 1995: 253, Hartmann & James 1998: 86). Portanto, na acepção restrita, o lexicógrafo é quem produz um dicionário; quem escreve sobre dicionários é o metalexicógrafo (ibid.: 11).

Do ponto de vista da sua composição, os dicionários constituem obras de elevada complexidade estrutural e conteudística, que nem sempre se restringem a uma lista de palavras. Consoante Welker:

Quando se fala em *dicionário*, geralmente vem à mente a parte central desse tipo de livro, a saber, uma lista de palavras com informações sobre elas. [...] Porém, na grande maioria dessas obras, encontram-se outros elementos, entre os quais podem constar: prefácio, introdução, lista de abreviaturas usadas no dicionário, informações sobre a pronúncia, resumo da gramática, lista de siglas e/ou abreviaturas, lista de verbos irregulares, lista de nomes próprios, lista de provérbios, bibliografia, fontes, às vezes, certas curiosidades (ibid.: 78-79, grifo do autor).

A organização estrutural dos dicionários é normalmente dividida em duas partes, a saber: a macroestrutura e a microestrutura. A macroestrutura (também chamada de *nomenclatura*) diz respeito à configuração do dicionário como um todo, designando a forma como os diversos dados da obra são dispostos e organizados. Welker define a macroestrutura como a forma de organização do *corpo* do dicionário, e complementa:

Empregando-se o termo nesse sentido, pode-se caracterizar a macroestrutura mediante as respostas a perguntas como:
O arranjo das entradas é temático ou alfabético?
Os verbetes têm todos o mesmo formato?
Há ilustrações gráficas e/ou tabelas no meio dos verbetes?
Informações sintáticas ou outras estão colocadas fora do bloco do verbe? (ibid.: 81).

Um problema macroestrutural delicado que ocupa os lexicógrafos é a distinção entre homonímia e polissemia². A esse respeito, Welker afirma, citando Lyons:

A distinção entre *homonímia* e *polissemia* é indeterminada e arbitrária. Depende, em última análise, do juízo do lexicógrafo sobre a plausibilidade da ‘extensão’ do significado, ou de alguma prova histórica de ter ocorrido particular extensão (LYONS, 1979: 431, apud WELKER, op. cit.: 28, grifos do autor).

² “A homonímia é usualmente definida como a identidade entre os significantes de duas ou mais palavras que possuem diferentes significados, enquanto a polissemia corresponde à interseção de vários significados em uma só palavra” (CALDAS, 2009: 173).

De acordo com Caldas, a decisão compete à sensibilidade linguística do lexicógrafo: “Cabe, portanto, uma escolha que se assenta em realidades psicológicas, intuitivamente distintas, vista em um plano atual da língua” (CALDAS, 2009: 172).

Tratando ainda da macroestrutura, Biderman tece as seguintes considerações:

Um dicionário é constituído de entradas lexicais, ou lemas que ora se reportam a um termo da língua, ora a um referente do universo extralinguístico. A lista total desses lemas constitui a nomenclatura do dicionário, a sua macroestrutura. Quanto ao verbete, essa microestrutura tem como eixos básicos a definição da palavra em epígrafe e a ilustração contextual desse mesmo vocábulo, quer através de abonações por contextos realizados na língua escrita ou oral, quer através de exemplos [...]. O verbete deve ser completado com informações sobre os registros sociolinguísticos do uso da palavra e remissões a outras unidades do léxico associadas a este por meio de redes semântico-lexicais (BIDERMAN, 1998: 18).

A essas redes semântico-lexicais, que permitem a articulação entre lexemas³ distintos por meio de remissões e referências cruzadas, Welker chama medioestrutura:

Macroestrutura e microestrutura são termos comuns na metalexigrafia. Entre essas duas “estruturas” – que se referem à organização do dicionário inteiro e dos verbetes, respectivamente – há outra “estrutura”, denominada, às vezes, *medioestrutura* [...]. Trata-se de um sistema de remissões (ou referências cruzadas [...]), isto é, de maneiras de se remeter o usuário de um lugar a um outro [...] (WELKER, *op. cit.*: 177, grifos do autor).

A microestrutura, por sua vez, refere-se à elaboração interna de cada verbete⁴, ou seja, à maneira como cada enunciado lexicográfico é elaborado. Para definir o termo, Welker recorre a diversos teóricos, como Baldinger, segundo o qual: “a microestrutura responde à pergunta sobre as diversas acepções da palavra” (BALDINGER, 1960: 524, *apud* WELKER, *op. cit.*: 107). Adiante, citando Hausmann & Wiegand, o autor relaciona as informações mais importantes a constar dos verbetes:

³ “Os elementos ou unidades do léxico são chamadas de lexemas ou itens lexicais [...]. Via de regra, o lexema pode ser identificado como palavra” (SCHWARZE & WUNDERLICH, 1985: 9, *apud* WELKER, *op. cit.*: 21).

⁴ “Denominamos ‘verbetes’ esse conjunto de *Entrada + Enunciado Lexicográfico*” (BARBOSA, 1996: 266s., *apud* WELKER, *op. cit.*: 107, grifos do autor).

- informação que identifica o lema⁵ na sincronia (grafia, pronúncia, acentuação, classe gramatical, flexão);
 - informação que identifica o lema na diacronia (etimologia);
 - marcas de uso⁶;
 - informação explicativa⁷ (principalmente, a definição; às vezes, descrições enciclopédicas);
 - informação sintagmática (construção, colocações⁸, exemplos);
 - informação paradigmática (sinônimos, antônimos etc.);
 - vários tipos de informação semântica (por exemplo, sobre metáforas);
 - observações (por exemplo, sobre o uso do lema);
 - ilustrações (desenhos, gráficos);
 - elementos de ordenamento (por exemplo, diversos símbolos);
 - remissões;
 - símbolos substitutivos (geralmente, o til, para evitar repetições).
- (HAUSMANN & WIEGAND, 1989: 341, *apud* WELKER, *op. cit.*: 108).

De acordo com Welker, não existe uma forma microestrutural estandardizada: “*Desde que estabeleça um padrão*, o lexicógrafo pode, em princípio, elaborar qualquer tipo de microestrutura” (ibid.: 109, grifo nosso). Nesse caso, a ressalva feita assinala um elemento fulcral da microestrutura, cuja organização coerente e funcional depende de uma padronização sistemática. Segundo Welker, “A padronização é imprescindível tanto para o usuário (senão a leitura dos verbetes seria muito mais complicada do que já é) quanto para os redatores, que, sem ela, apresentariam as informações de maneiras divergentes” (ibid.: 108).

Assim, apesar da relativa liberdade do lexicógrafo para organizar a microestrutura da maneira que melhor convier ao seu trabalho (respeitando-se o critério da padronização), Welker menciona, recorrendo a Hausmann & Wiegand, quatro tipologias básicas de microestruturas, a saber: integrada, não integrada, semi-integrada e parcialmente integrada:

⁵ “Geralmente, toma-se como lema a forma ‘básica’ ou ‘canônica’ do lexema: o infinitivo dos verbos, o singular masculino dos substantivos e dos adjetivos. Trata-se de uma convenção [...]” (ibid.: 91).

⁶ “[...]variação tanto espacial, de uma região para outra, como social, no mesmo espaço mas considerada quanto aos diferentes registros utilizados pelas pessoas nas diferentes situações da vida social. Os dicionários costumam dar este tipo de informação por um conjunto de rótulos [...]” (BORBA, 2003: 315, *apud* WELKER, *op. cit.*: 130).

⁷ “Nos dicionários bilíngües, a ‘informação explicativa’ é o equivalente [...]” (ibid.: 109).

⁸ Cf. Welker (*op. cit.*: 140), trata-se da associação ou da co-ocorrência regular de itens lexicais, seja pela sua combinação em sintagmas (como em *noite escura*) ou pela relação que mantêm entre si em uma sentença (como *vaca e leite*).

Na “integrada”, as respectivas informações sintagmáticas (colocações etc.) são apresentadas em cada acepção.

Na “não integrada”, as informações sintagmáticas são separadas das diversas acepções, aparecendo no final do verbete, às vezes num bloco à parte.

A “semi-integrada” tem a mesma organização da “não integrada”, mas os sintagmas que estão no final recebem números que se referem à acepção à qual pertencem, permitindo, assim, uma melhor identificação [...].

A “parcialmente integrada” é como a “integrada”, mas alguns sintagmas estão colocados no final, num parágrafo ou bloco à parte, porque não está claro a que acepção pertencem (ibid.: 109).

No que se refere aos dicionários bilíngues, o autor demonstra sua preferência pela microestrutura do tipo semi-integrada: “Obviamente, a microestrutura não integrada é condenável, pois não se estabelece um vínculo entre cada acepção e os exemplos, misturados no final do verbete. Na semi-integrada, ao contrário, esse vínculo existe [...]” (ibid.: 212).

É evidente que a adequação da metodologia às pretensões e propósitos da obra lexicográfica é um fator essencial ao êxito do trabalho, podendo redundar em dicionários mal ou bem-sucedidos. Nesse sentido, além da organização estrutural, importa também a riqueza do conteúdo apresentado:

Sabe-se que os dicionários bilíngües mais simples apenas listam vários equivalentes, sem elucidar em que contextos podem ser usados. Schmitz (1998: 166) fala da “apresentação caótica de alternativas ou equivalências”. Dicionários gerais melhores incluem esclarecimentos, em maior ou menor quantidade, arrolando algumas colocações e mostrando o emprego do lexema – e sua tradução – em certos contextos [...] (ibid.: 198).

De maneira ampla e pretensamente simplificadora, podemos afirmar que os dicionários monolíngues e os bilíngues contam com mais características comuns do que distintas, motivo pelo qual não nos estenderemos na particularização daqueles do segundo tipo. Segundo Welker: “Na verdade, há vários aspectos em que os dicionários bilíngües diferem muito pouco dos monolíngües. [...] [a maior diferença consiste no] fato de que, no lugar da definição, são fornecidos equivalentes” (ibid.: 193-194).

Nesse sentido, Welker (ibid.: 195) menciona diversos tipos ou graus de equivalência, a ver: *equivalência total* (também *congruência* ou *mono-equivalência*); *divergência* (quando um único lexema na L1⁹ corresponde a vários lexemas na L2); *convergência* (quando vários lexemas na L1 correspondem a um lexema na L2); *multivergência* (combinação de divergência e convergência); e *ausência de equivalência* (nesse caso, costuma-se recorrer a *empréstimo*, *decalque*¹⁰, *item lexical análogo*, *paráfrase*).

Outro aspecto relevante dos dicionários bilíngues é a distinção entre obras *de recepção* ou *de produção*, também designadas como *ativas* ou *passivas*. Dicionários de recepção seriam caracterizados pela sua macroestrutura privilegiada, uma vez que as demandas linguísticas do consulente seriam melhor contempladas com uma listagem maior de verbetes. Em contrapartida, dicionários de produção deveriam privilegiar a sua microestrutura, de modo a favorecer a elaboração de enunciados.

Ainda que insuficientemente aprofundados, esses são os conceitos elementares que embasam o exame crítico das obras lexicográficas, analisadas conforme se expõe a seguir.

⁹ L1 e L2 designam, respectivamente, *Língua 1* e *Língua 2*, isto é, *língua fonte* e *língua-alvo*.

¹⁰ “[...] tradução literal, ‘tradução-cópia’ [...]” (WELKER, *op. cit.*: 195).

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, expomos a metodologia empregada no trabalho de coleta dos itens lexicais, composição dos *corpora* e elaboração da análise, além apresentar algumas reflexões sobre os dados examinados.

4.1. Materiais e métodos

De acordo com Welker, existem muitos tipos de dicionários, e “Devido ao enfoque dado, suas tipologias diferem bastante umas das outras” (*op. cit.*: 35). Eles podem variar em razão da sua finalidade (onomásticos, ortoépicas, gramaticais, de fraseologismos, de citações), paradigma (analógicos, reversos, de gestos, de rimas) e assim por diante. Para ilustrar a amplitude de tais tipologias, o autor propõe um quadro esquemático, que reproduzimos abaixo:

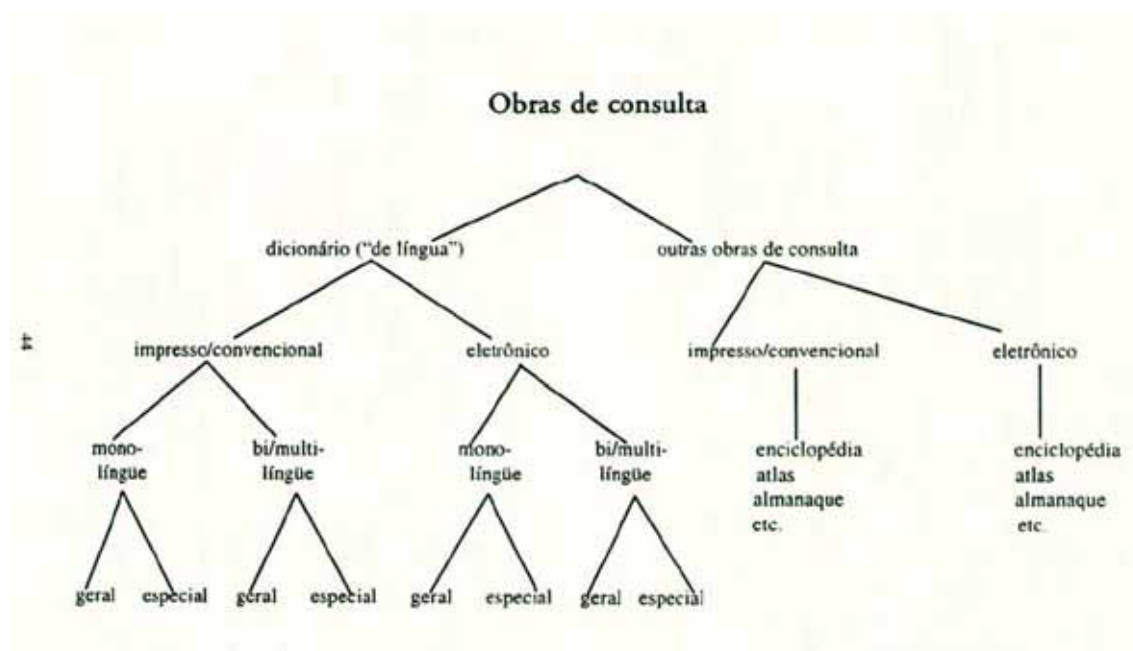


Figura 1 – Quadro esquemático com tipologias de obras de consulta (WELKER, 2004: 44)

A escolha das obras a se avaliar recaiu sobre dois dicionários de línguas indígenas brasileiras: yuhupdeh e ka'apór, acessados por meio de pesquisas virtuais. Cumpre ressaltar que a seleção não levou em conta as línguas, e sim o perfil das obras lexicográficas, de modo que a análise pudesse se servir de *corpora* mais versáteis, abrangendo procedimentos, motivações e propostas teóricas diversas, o que nos permitiria a elaboração de conclusões mais amplas.

Outro aspecto relevante à seleção foi a busca de dicionários de caráter descritivo. Pautado por um posicionamento linguístico funcionalista tipológico, que toma a língua como um sistema não desvinculado da sua dimensão de uso, mas que se afirma justamente em função das formas que assume na sua comunidade de fala, nossa escolha priorizou obras proeminentemente descritivas, que propusessem um quadro real e objetivo da língua indígena, isto é, de maneira não normativa.

A esse respeito, cabe mencionar a posição de Welker (ibid.: 188), ao afirmar que todo “[...] dicionário é inerentemente normativo”. Embora o autor proponha diferentes tipos de normatividade, não entraremos aqui no mérito da discussão, limitando-nos a explicar que o critério de seleção priorizou obras que não se posicionassem de maneira purista ou prescritiva, elaborando os verbetes em função da realidade de uso da língua.

Considerando o fato de que lidamos com obras bilíngues, cumpre esclarecer também a “direção” dos dicionários. De acordo com Welker, “Dicionários bilíngües podem conter as duas direções (por exemplo, português-francês e francês-português) ou apenas uma delas” (ibid.: 200). Assim, segundo critérios pragmáticos, embora o dicionário do yuhupdeh contenha as duas direções, o exame empreendido se dedicou apenas ao *corpus* contido na direção *língua indígena-português*.

O levantamento dos dados foi realizado manualmente, e se concentrou sobre os vocábulos relacionados à cosmologia de maneira ampla, isto é, com enfoque nos termos que exprimem os conhecimentos acerca do céu, dos astros, dos corpos celestes e das constelações, bem como dos fenômenos naturais (dia, noite, fases da lua, estações do ano) e sociológicos associados (organização do tempo, mitos etc.).

A seleção dos itens lexicais e a construção do banco de dados foi concomitante, constituindo a primeira etapa da pesquisa. A criação dos *corpora* foi realizada por meio do processador de planilhas eletrônicas *Microsoft Excel*, versão 2010, originando um arquivo para cada dicionário.

A sistematização das planilhas exigiu o tratamento das informações compiladas, de maneira a garantir a fidelidade do registro e a operacionalidade dos dados. Tais práticas configuraram a segunda fase do trabalho, melhor descrita no tópico subsequente (4.2.). A terceira e última etapa, finalmente, consistiu na análise dos dicionários, efetuada sob o lume tutelar de Welker (*op. cit.*).

4.2. Banco de dados

Conforme referido, a compilação dos dados lexicais foi realizada por meio do aplicativo *Microsoft Excel*, o qual se mostrou apropriado à tarefa em função dos *corpora* reduzidos. Reproduzimos, abaixo, o *print* da planilha referente ao dicionário da língua yuhupdeh, a qual permite visualizar a estrutura básica do banco de dados e a sistematização conferida às informações coletadas:

	A	B	C	D	E	F	G
	YUHUPDEH	TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	TRANSCRIÇÃO FONOLÓGICA	INFORMAÇÃO GRAMATICAL	MARCA DE USO	PORTUGUÊS	ABONAÇÃO EXEMPLO
18	huk			substantivo		fumaça, nuvem, nevoeiro, poeira, céu	
19	sòh-déh			substantivo		inverno, estação das chuvas	
20	sò-wág			substantivo		domingo [lit. "dia de descansar"]	
21	su'-keet ₂			substantivo		folha	
22	su'-keet ₂			substantivo		luna, constelação que marca o período aproximado do início de agosto	
23	tih-keeg-kääw			substantivo		lâmpada das sete estrelas, constelação que marca o período aproximado de março	
							yiri' móm-book bi' tuk yeri' emborque a panela al mesmo; á hób tih ni pãiw tuk

Figura 2 – Janela do Excel exibindo o corpus relativo ao dicionário do yuhupdeh

Para “alimentar” a planilha, registramos as entradas e os enunciados lexicográficos segundo a ortografia empregada nos dicionários. Para cobrir todo o conteúdo arrolado nos verbetes, criamos, além das colunas referentes à língua fonte e língua-alvo, as seguintes categorias: *transcrição fonética*, *transcrição fonológica*, *informação gramatical*, *abonação/exemplo*, *remissão*, *fraseologismo*¹¹, *informação explicativa*, *colocação*, *esfera semântica*, *observações* e *página*. Para facilitar o cruzamento dos dados, ativamos o recurso de *filtro* do aplicativo.

Cabe, aqui, um esclarecimento acerca de algumas categorias definidas. Consideremos inicialmente o campo *abonação/exemplo*. Via de regra, o termo “exemplo”, tanto quanto “abonação”, constituem terminologias relativamente genéricas, cuja delimitação semântica varia de autor para autor¹². Assim, para favorecer o exame

¹¹ “Fraseologismos – também chamados, entre outros termos, de *frasesmas*, *unidades fraseológicas* ou *combinatórias lexicais* – são sintagmas mais ou menos fixos” (WELKER, *op. cit.*: 162). Os fraseologismos incluem as expressões idiomáticas e outros tipos de sintagmas.

¹² Conforme uma perspectiva mais ou menos usual, emprega-se “abonação” para designar enunciados autênticos (donde “abonados”), retirados de situações discursivas reais. Em oposição, “exemplo” assinala sentenças de caráter pragmático, construídas pelo autor por finalidades lexicográficas. Para Martin, o exemplo construído “[...] fornece apenas o sentido literal, já o exemplo autêntico carrega marcas históricas e ideológicas [...]” (MARTIN, 1989: 600, *apud* Welker, *op. cit.*: 151).

dos dicionários, que nem sempre esclarecem se os exemplos fornecidos são autênticos ou construídos, englobamos o conteúdo referente a “abonações” e “exemplos” em uma mesma coluna, de maneira que os *corpora* não se desmembrassem em campos que não fossem estritamente produtivos à investigação dos dados, e que, portanto, haveriam apenas de comprometer a consistência da amostragem e a realização da análise.

O campo que merece maior atenção, porém, é *esfera semântica*, que não se refere à terminologia lexicográfica, mas favorece a sistematização das informações e a elaboração de levantamentos estatísticos.

Em virtude da grande envergadura do campo da cosmologia, que abrange desde fenômenos meteorológicos a elementos de organização social, é importante identificar a natureza das informações fornecidas em cada dicionário e sua distribuição por esferas semânticas. Assim, estabelecemos quatro categorias básicas para classificar os lexemas, a ver: *universo, céu e corpos celestes; elementos míticos; fenômenos e elementos naturais; organização do tempo*.

Outra explicação pertinente concerne ao tratamento dos lexemas polissêmicos e homônimos. Essa foi uma decisão metodológica particularmente difícil, tendo em vista que a distinção afeta tanto a micro quanto a macroestrutura dos dicionários, e coloca em jogo a articulação de informações não raro conflitantes.

Tomemos o caso da polissemia. As diferentes acepções de um termo são explicadas no interior do mesmo verbete, o que configura um elemento da microestrutura. Ora, por se tratar da definição do mesmo lexema, seria natural organizar os dados coletados na mesma linha da planilha, mantendo a conexão entre o enunciado lexicográfico e o termo definido. No entanto, a alteração do sentido redundaria em conteúdo novo, como mudança de classe gramatical, abonações/exemplos adicionais,

remissões distintas e assim por diante. Além de turvar a transparência dos itens coletados, a multiplicidade dos dados poderia acarretar conflito de informações, o que demandou a criação de um procedimento apropriado.

A saída encontrada foi representar os casos de polissemia pela inserção de algarismos à direita do lexema, entre parênteses e em ordem crescente de acordo com a ordem da acepção. Assim, por exemplo, no caso de um vocábulo *X*, para o qual se verificam três acepções, registram-se três entradas na planilha: *X(1)*, *X(2)* e *X(3)*. Isso permite decompor o lexema em tantas quantas forem suas acepções, garantindo a clareza e coerência do *corpus*.

Em se tratando de homonímia, nossa solução seguiu o expediente utilizado nos dicionários tradicionais: diferenciar os homógrafos por meio da inscrição de algarismos sobrescritos, o que leva à seguinte notação: Y^1 , Y^2 , Y^3 ... Y^n . Outro elemento que exigiu o estabelecimento de uma codificação específica foram as subentradas¹³, as quais, guardando relação com o lema principal, não poderiam se confundir nem com os casos de polissemia nem com os de homonímia. Assim, para definir um rótulo diferenciado, optamos pela utilização de numerais subscritos, adicionados à direita do lexema e em ordem crescente, do que deriva a notação: Z_1 , Z_2 , Z_3 ... Z_n .

Se o vocábulo apresentar tanto homonímia quanto polissemia e subentrada, basta acumular as marcações, registrando-as de acordo com a organização estrutural definida pelo lexicógrafo. Para a ocorrência, por exemplo, de um termo *W*, arrolado como segunda acepção dentro de um quarto homônimo, a notação será: $W^4(2)$. Caso ele apresente uma subentrada, ficará: $W^4(2)_1$. Importante destacar, ainda, que a ordem da

¹³ “[...] não se pode deixar de mencionar o *sublema* (ou *subentrada*). Este é um item lexical – geralmente lexema composto ou complexo – que é tratado dentro do mesmo verbete do lema” (WERLKER, *op. cit.*: 93, grifos do autor).

leitura da legenda importa na sua significação. Assim, caso se trate de uma subentrada dentro da terceira acepção do termo, a notação será: $W(3)_1$; alternativamente, se for a terceira acepção de uma subentrada, a notação será: $W_1(3)$.

Essa foi a resolução preliminar que pudemos encontrar, a qual, apesar de produtiva, desencadeou algumas dificuldades na elaboração do levantamento estatístico dos dados, já que decompõe os verbetes polissêmicos e os sublemas em linhas adicionais, criando a impressão de que o dicionário analisado tem um número de entradas maior do que o real. Assim, para realizar um dimensionamento consistente da amostragem, não se pode levar em conta o número total de linhas da planilha. Antes, para eliminar as redundâncias da sua estrutura fracionada, deve-se analisar cada item lexical e identificar as polissemias e as subentradas, suprimindo tais ocorrências no cálculo.

Ressaltamos que essa verificação manual, bem como o emprego do processador de planilhas eletrônicas mencionado, colocam-se como práticas viáveis apenas diante de *corpora* com dimensões reduzidas, como é o caso dos que aqui utilizamos.

4.3. Análise dos dicionários

Antes de apresentar a análise das obras, importa apresentá-las brevemente, de forma que nossas considerações não se façam descontextualizadas.

Com base nos critérios de classificação lexicográfica apresentados por Welker, tanto o dicionário do ka'apór quanto o do yuhupdeh podem ser classificados da seguinte maneira: eletrônicos, bilíngues, gerais e seletivos. Ressalte-se que as obras utilizadas

não constituem estritamente dicionários eletrônicos (aqui entendidos no sentido de *softwares*), mas apenas documentos de texto digitalizados no formato “pdf”. Tais dicionários podem ser classificados como gerais porque se caracterizam por ser “[...] alfabético[s], sincrônico[s], da língua contemporânea, arrolando sobretudo os lexemas da língua comum” (WELKER, *op. cit.*: 43); e seletivos porque “[...] registram os lexemas realmente em uso [...]” (*ibid.*: 43).

O dicionário do ka’apór é parte integrante de uma tese de doutorado elaborada por uma linguista. A obra apresenta amplas reflexões e preocupações lexicográficas, e dedica, proporcionalmente, menor atenção às questões etnográficas relativas ao povo indígena. Além de discutir largamente aspectos fonológicos, morfológicos e morfossintáticos, a lexicógrafa efetua uma breve análise metalexicográfica sobre alguns dicionários indígenas bilíngues como base para as pontuações teóricas a respeito da proposta de dicionário que apresenta. Segundo a autora:

Trata-se de uma proposta de dicionário que considera o povo ka’apór como seu principal usuário, embora se destine também a linguistas e a outros usuários [...].

Este dicionário deverá ser de utilidade nas atividades escolares voltadas para o ensino e para o fortalecimento da língua nativa, bem como deverá constituir uma referência importante da língua e de aspectos da cultura dos Ka’apór (CALDAS, *op. cit.*: 17).

O dicionário do yuhupdeh, por sua vez, foi desenvolvido por missionários, sendo dotado, portanto, de uma perspectiva não estritamente linguística. A obra apresenta uma gama relativamente grande de dados e discussões de natureza etnográfica, cujo aprofundamento e isenção, no entanto, merecem exame e crítica apropriados, uma vez que a postura usual de muitos missionários, marcadamente etnocêntrica, pode interferir na coleta e descrição dos dados. Estendendo-se por 592 páginas, um volume extenso em relação ao que se tem produzido na área, a obra traz, além do dicionário yuhup-português, um glossário semântico-gramatical

(onomasiológico¹⁴), um glossário português-yuhup e cinco apêndices com informações complementares. De acordo com os autores:

Este não é um dicionário convencional, pois além de consistentes dados etnológicos e linguísticos, traz também uma parte organizada em grupos semânticos e gramaticais com a intenção de ser uma publicação academicamente relevante mas também pedagogicamente aplicável (SILVA & SILVA, 2012: 35).

Valemo-nos, para esta análise, apenas do dicionário semasiológico (alfabético), tomando os trabalhos no que eles apresentam de equivalente de modo a elaborar conclusões mais consistentes e amplas.

4.3.1. Dicionário do ka'apór

A tese “Uma proposta de dicionário para a língua ka'apór” foi apresentada ao Departamento de Linguística da Universidade de Brasília em 2009, e se compõe dos seguintes capítulos: Introdução: A proposta do modelo de dicionário; 1) Sobre o povo e a língua ka'apór; 2) Fonologia da língua Ka'apór; 3) Aspectos da morfossintaxe; 4) A lexicografia e a lexicologia: considerações; 5) Os dicionários bilíngues; 6) Metodologia e enfoques teóricos; 7) Proposta de dicionário bilíngue Ka'apór-Português; 8) Modelo de dicionário bilíngue ka'apór-português; Considerações gerais; Referências; Apêndice A: Textos Ka'apór.

Os dados linguísticos utilizados para a elaboração do dicionário:

[...] integram o Banco de Dados de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília (LALI). Os dados consistem em palavras isoladas, frases e sentenças elicitadas e dados de fala natural, como conversas, relatos históricos, relatos

¹⁴ “A semasiologia permite a procura de um sentido do lexema, partindo deste para a descrição de seu significado. Portanto, é descritiva, um processo de definição, que leva em conta os sentidos. A onomasiologia parte do sentido da palavra, partindo da significação, sendo um processo de nomeação e codificação” (CALDAS, 2009: 173).

descritivos de aspectos culturais, relatos míticos, músicas, dentre outros (CALDAS, *op. cit.*: 18).

A macroestrutura compreende a organização dos lemas por ordem alfabética.

De acordo com a lexicógrafa:

São consideradas como entradas os temas nominais, verbais, posposicionais e um vasto grupo de partículas, os afixos gramaticais referentes à flexão verbal e nominal, as interjeições, os ideofones e os temas nominalizados. Estes últimos são considerados entradas independentes apenas quando possuem significado próprio (CALDAS, *op. cit.*: 180).

A microestrutura é composta pelos seguintes elementos: notação fonética; notação fonológica; indicação gramatical; classe temática; equivalência e variantes de significados; campo semântico; nome científico (para fauna e flora); frase na língua fonte; subentradas; e notas para composição, neologismos, empréstimo, reduplicação e onomatopeia (CALDAS, *op. cit.*: 180).

O dicionário traz diversas imagens e ilustrações, o que revela uma preocupação da lexicógrafa em fornecer uma identificação acurada das informações arroladas. A esse respeito, Silva assevera:

Sobre as ilustrações, Welker (2005, p.230) aponta que, na falta de equivalente ou quando uma explicação não consegue descrever com exatidão o referente ou a ação, a ilustração seria ideal. No entanto, o autor apóia-se em Lemberg (2001, p.118 *apud* Welker 2005, p.230) para afirmar que as imagens têm que ser ilustrações inequívocas (SILVA, 2013: 37).

Assim, a figura 3, reproduzida abaixo, não permite identificar de maneira inequívoca o lema que ilustra, o que nos leva a questionar sua validade. Outro aspecto que merece atenção é a ausência da fonte da imagem, problema que se verifica também em outros lemas.

pytymyr [piti'mir] /piti'mir/ *n.III*. “tauari”.
ma'e ihon ehe riki: howy ra, yrykywakyk,
pytymyr ‘as coisas que vão: pena do
 pássaro azul, resina de maçaranduba,
 tauari’.



-pywyr [pi'wir] /pi'wir/ *n.Ia*. “planta do
 pé”.

Figura 3 – Foto utilizada para ilustrar o lema **pytymyr** (CALDAS, 2008: 279)

Uma questão central que a imagem evidencia é a indicação da transcrição fonética e da fonológica, nem sempre presentes em dicionários bilingues, a despeito da sua relevância. Segundo Welker: “Na literatura metalexiconográfica que trata dos dicionários bilíngües, dá-se geralmente bastante importância à ortoépia, acreditando-se que os falantes não nativos precisem de ajuda nesse domínio” (*op. cit.*: 112). A informação fonética e fonológica, portanto, é um dado central – sobretudo quando se trata de línguas indígenas, geralmente tão pouco acessíveis quanto documentadas.

O fato de ser a autora uma linguista explica seu acerto nesse sentido, inclusive no emprego do alfabeto do IPA. Segundo Welker: “Embora muitos consulentes não conheçam o Alfabeto Fonético Internacional (A.P.I.), o melhor seria que ele fosse usado em todos os dicionários [...]” (ibid.: 113).

Acerca do campo cosmológico, que funcionou como filtro para a coleta e exame dos dados, a reduzida ocorrência no dicionário do ka’apór não nos forneceu farto material de análise. Um dos que queremos comentar é o lema *jahy*, ilustrado abaixo:

jahy [ja'hĩ] /ja'hĩ/ n.III. “lua”, “mês”.
kome'ẽ jahy ke aman upa ukwyr ‘choveu o
 mês todo’. ≈ *jahy janar/jahy xu'a* “meia-
 lua”. ≈ *jahy kanim/* ≈ *jahy pihun* “lua
 nova”. ≈ *jahy ra'yr* “lua crescente”. ≈
jahy ruwahu “lua cheia”. ≈ *jahy kangwer*
 “lua minguante”.

jakamĩ [jaka'mĩ] /jaka'mĩ/ n.III.
 “jacamim-de-costas-verdes”. (ave, *Psophia*
viridis).



Figura 4 – Lema *jahy* (CALDAS, 2008: 217)

O que nos chama a atenção são os equivalentes *lua* e *mês*, arrolados como sinônimos. A respeito da sinonímia, Welker afirma, citando Lyons:

É opinião corrente que há poucos sinônimos perfeitos nas línguas naturais, se é que os há de fato [...]. Os argumentos de Ullmann quanto a esse ponto de vista repousam sobre dois critérios bastante distintos: ‘Só se podem considerar como sinônimas as palavras que se podem substituir em qualquer contexto sem a mais leve mudança ou no sentido cognitivo ou no afetivo’ (Lyons 1979: 476, *apud* WELKER, *op. cit.*: 29).

Dessa maneira, será que *lua* e *mês* podem ser considerados sinônimos? A indicação de apenas um exemplo não permite esclarecer o impasse. Em face da evidente proximidade semântica entre os dois vocábulos, o que questionamos é se a relação entre eles não seria melhor definida como polissemia, já que se pode reconhecer inequivocamente uma extensão do sentido, e não, a rigor, uma identidade semântica

total. A mesma discussão cabe no lema *‘ar*, definido pelos supostos sinônimos “dia, ano”.

Outro aspecto importante, que fica patente na imagem reproduzida, guarda relação com a apresentação das subentradas, introduzidas no verbete pelo sinal $\approx$. O lema *jahy* apresenta cinco subentradas (*jahy janar/jahy xu’a*; *jahy kanim/jahy pihun*; *jahy ra’yr*; *jahy ruwahu*; e *jahy kangwer*), as quais são complementadas apenas pelo respectivo equivalente, sem a indicação de novos exemplos, eventuais mudanças gramaticais e dados afins. Os sublemas apenas proveem, nesse caso, uma lista de expressões relacionadas ao lema, as quais não se fazem satisfatoriamente exemplificadas ou contextualizadas (será que os ka’apór realmente adotam uma fase lunar “lua cheia”, equivalente à concebida pela nossa cultura?).

Essas reflexões revelam que, além do embasamento linguístico, as preocupações de base etnográfica são essenciais no trabalho lexicográfico.

4.3.2. Dicionário do yuhupdeh

A obra “A língua dos yuhupdeh: introdução etnolinguística, dicionário yuhup-português e glossário semântico-gramatical”, foi publicada no ano de 2012 em São Gabriel do Cachoeira, e é dividida em cinco partes: 1) Introdução etnolinguística (Notas etnográficas; Notas linguísticas; Fonologia; Ortografia; Morfologia; Sintaxe; Referências Bibliográficas); 2) Dicionário yuhup-português; 3) Glossário semântico-gramatical (Substantivos; Verbos; Advérbios; Pronomes; Numerais; Marcadores de tempo; Marcadores de aspecto; Marcadores de modo; Marcadores de evidencialidade; Marcadores de sentença; Posposições; Conjuntivos; Conjunções; Modificadores;

Interjeições; Sufixos e Suprafixos); 4) Glossário português-yuhup; e 5) Apêndices (Sistemas de parentesco do yuhupdeh; A Pró-Amazônia; A AECIPY; O Pro-ALY; Materiais produzidos no Pro-ALY).

Os autores não explicam os critérios lexicográficos que utilizaram na elaboração da obra. Das colocações pontuais e genéricas a esse respeito, merece destaque o trecho: “Privilegiamos os dados espontâneos e as narrativas, apesar de ter sido inevitável a coleta de dados elicitados” (SILVA & SILVA, 2012: 35). Também não mencionam as decisões metodológicas que tiveram de tomar, e tampouco apresentam reflexões técnicas acerca da estrutura do dicionário, como a composição da microestrutura. Nesse sentido, um dado microestrutural não observado é a transcrição fonética, defendida por diversos autores:

Borba (2003: 309) observa: ‘Se o objetivo é registrar todo o uso, então caberiam informações relacionadas com todos os níveis da estrutura lingüística. Quanto à fonética, caberiam transcrições, informações sobre a prosódia, além da ortografia naturalmente [...]’ (BORBA, *apud* WELKER, *op. cit.*: 112).

A única informação estrutural que encontramos se refere à medioestrutura da obra, a qual fornece, porém, dados de pouca valia:

Utilizamos de um sistema de referências que apontam para os grupos semânticos e para termos relacionados. Na Segunda Parte as referências se cruzam, de forma que se o leitor consultar um termo qualquer e este pertencer a um grupo semântico, ao final da entrada terá sempre um V. de ‘veja’ remetendo ao respectivo grupo (ibid.: 36).

Malgrado os escassos esclarecimentos nesse sentido, o dicionário apresenta uma organização estrutural consistente e padronizada, que favorece a objetividade da consulta e a identificação das distintas informações arroladas, por meio de elementos diferenciadores bastante claros e contrastantes.

A ausência de imagens na macroestrutura não compromete a assertividade das definições, que conta com abonações e variadas informações culturais, conforme se demonstra nas figuras 5 e 6:

wáč-wëw' sub. vira-pajé, certo tipo de pássaro.

wag¹ sub. dia, parte clara do dia. ● marcação temporal do dia, de acordo com a posição do sol:

- ⊙ **tără' dă'ă kah** aproximadamente 2 horas da madrugada [lit. “quando o grilo canta”].
- ⊙ **tăt maha kah** aproximadamente 3 horas da madrugada [lit. “quando o grilo desaparece”].
- ⊙ **sim ôh wă'ă kah** aproximadamente 3:30 horas da madrugada [lit. “quando o mutum acorda”].
- ⊙ **wara'-wét diini kah** aproximadamente 4 horas da madrugada [lit. “quando o galo canta”].
- ⊙ **tëguh këëri kawag hi wömö kah** aproximadamente 4:30 horas da madrugada [lit. “quando clareia acima das árvores”].
- ⊙ **yēc kukupu kah** aproximadamente 5 horas da manhã [lit. “quando o jacu canta”].
- ⊙ **kawag saki way** aproximadamente 5:30 horas da manhã [lit. “a claridade já vem subindo”].
- ⊙ **wag yet** aproximadamente 6 horas da manhã [lit. “o dia está deitado”].
- ⊙ **kawag hi yet wayí way** aproximadamente 6:30 horas da manhã [lit. “a claridade já saiu”].
- ⊙ **wero saki way** aproximadamente 7 horas da manhã [lit. “o sol já está subindo”].
- ⊙ **wero sak daak wayí way** aproximadamente 7:30 horas da manhã [lit. “o sol já está no alto”].
- ⊙ **boót hāma kah** aproximadamente 8 horas da manhã [lit. “quando se vai para a roça”].
- ⊙ **wero pōh háy** aproximadamente 9 horas da manhã [lit. “o sol está acima da mata”].
- ⊙ **yāh-baaha tuk körö mäh** aproximadamente 11 horas da manhã [lit. “antes da hora de voltar”]. Var. **yā mǐ' ha tuk körö mäh**.
- ⊙ **yāh-baaha** aproximadamente 12 horas, meio-dia [lit. “hora de voltar”] ou **wag mih tut** [lit. “metade do dia”]. Var. **yā mǐ' ha**.
- ⊙ **wero tāhi kā'i way** aproximadamente 13 horas [lit. “o sol já está deitando”].
- ⊙ **wero tāhi kā' wayí way** aproximadamente 14 horas [lit. “o sol já deitou”].

Figura 5 – Trecho de um verbete do dicionário do yuhupdeh (SILVA & SILVA, 2012: 300)

Ressaltamos, aqui, a extensão do verbete, cujo volume ocupa mais de uma página do dicionário. A explicação, de caráter enciclopédico, traz ainda variações e, em alguns casos, remissões.

300 | Cácio Silva e Elisângela Silva

☉ **wero tāhi kā'i way** aproximadamente 13 horas [lit. “o sol já está deitando”].

☉ **wero tāhi kā' wayí way** aproximadamente 14 horas [lit. “o sol já deitou”].

☉ **tēguh kēeri pō mäh** aproximadamente 17 horas [lit. “(o sol está) acima das árvores”].

☉ **móh diini kah** aproximadamente 17:30 horas [lit. “quando do inambu canta”].

☉ **tēguhu kah** aproximadamente 18 horas [lit. “quando (o sol) está no meio das árvores”].

☉ **wero noh sunu kah** aproximadamente 18:30 horas [lit. “quando o sol entra (no buraco)”].

☉ **móh sak wömö kah** aproximadamente 19 horas [lit. “quando o inambu sobe (no galho)”].

☉ **móh kiig deh yēē kah** aproximadamente 19:30 horas [lit. “quando os caçadores de inambu retornam”]. ☉ para a marcação da noite, V. **sääm**.

☉ para a marcação do mês, V. **wero**. ☉ para a marcação do ano, V. **wero-meéh**.

wag² sub. cosmos, universo, mundo, todo o espaço habitado.

wag-do'-kéy sub. relógio.

Figura 6 – Trecho de um verbete do dicionário do yuhupdeh (SILVA & SILVA, 2012: 300-301)

Compete questionar, no entanto, a maneira por meio da qual os autores obtiveram os dados. Seriam tais “horários do dia” realmente operacionais para o povo, ou constituiriam um decalque forçado, diante das solicitações dos pesquisadores? Saliente-se que os autores desempenharam seu respeitável trabalho na qualidade de missionários, os quais se orientam, via de regra, por motivações catequéticas, dedicadas à imposição de uma visão padronizada da realidade em detrimento das crenças

particulares dos nativos. Tal constatação nos faz indagar se as informações explicativas apresentadas na obra são, do ponto de vista etnográfico, sensíveis à mundividência do referido povo.

O mesmo exemplo revela, ainda, a maneira como os lexicógrafos lidam com a questão das homônimas, identificada no lema *wag*. Na primeira entrada, o enunciado traz “dia, parte clara do dia”, e, na segunda: “cosmos, universo, mundo, todo o espaço habitado”. Nesse caso, fica evidente a posição dos autores, que consideraram se tratar de lexemas com traços semânticos distintos, o que justifica sua lematização em dois verbetes.

A Figura 7, por sua vez, permite analisar um caso de sinonímia:

siih¹ ♦ **siih** v.intr. ser miúdo, que não cresce: *ã péj tég tih siih tát deh hu' mih nig hawi os frutos do meu pé de umari estão caindo ainda miúdos.* ♦ **siih** ah miúdo, que não cresce. ♦ **tih siih** miúdo, que não cresce. ♦ **dēhē siih** olho d'água.

siih² sub. certo tipo de árvore. **siih tég** o pé.

siik sub. fumaça, nuvem, nevoeira, poeira, céu.

sīm ♦ **sīm** v.intr. ser preto (com tonalidade bem forte): *saa sīm mih nig yap ũh āh wīt hāmá ni quando eu chegar eles me acharão muito preto; yāam-bēh sīm cachorro bem preto.* ♦ **sīm ah** preto.

siip sub. tucum, palmeira da família das arecáceas, *Astrocaryum vulgare*, de

Figura 7 – Verbetes do dicionário do yuhupdeh (SILVA & SILVA, 2012: 265)

O enunciado lexicográfico arrola os equivalentes *fumaça*, *nuvem*, *nevoeira*, *poeira* e *céu* como sinônimos. Sob qual critério semântico, todavia, esses cinco termos se equivalem? A partir do campo meteorológico, é possível admitir a extensão semântica de *nuvem* a *fumaça*, *nevoeira* e *poeira*, uma vez que, no dicionário Aurélio (1995), *nuvem* vem definido como “Qualquer conjunto de partículas de pó, fumaça, gases, etc., de aparência e em situação semelhantes” (FERREIRA, 1995: 459). Nesse

caso, porém, a acepção é apresentada como polissemia, e não como sinonímia, já que se trata de uma extensão do sentido. Ainda assim, a polissemia não abrangeria o substantivo “céu”, de modo que a indicação dos cinco termos não se mostra justificada.

Outro fator que agrava o problema é a ausência de abonações ou de informações culturais no verbete, de maneira que os equivalentes parecem indicar um campo semântico pouco preciso.

4.3.3. Levantamento estatístico

A análise dos dicionários nos permitiu identificar o percentual de lexemas vinculados à cosmologia, bem como o tipo de informação cosmológica fornecida nas obras.

O dicionário do yuhup apresenta 3.217 entradas ao todo, das quais apenas 85 se referem à cosmologia, o que representa **2,6%** do total. Desse índice, a distribuição das informações por esfera semântica indicou a seguinte percentagem:

- Universo, céu e corpos celestes: 18%;
- Elementos míticos: 58%;
- Fenômenos e elementos naturais: 12%;
- Organização do tempo: 12%.

O dicionário do ka'apór conta com 1.252 verbetes, dos quais somente 20 se filiam ao campo cosmológico, o que equivale a **1,6%** do total. Dessa faixa, o tipo dos dados fornecidos assume a seguinte distribuição:

- Universo, céu e corpos celestes: 10%;
- Elementos míticos: 10%;
- Fenômenos e elementos naturais: 70%;
- Organização do tempo: 10%.

Embora de forma preliminar e sugerida, a posse desses dados revela o escasso saber cosmológico contido nos dicionários indígenas brasileiros. Diante dessa verificação, compete questionar se, de fato, a cosmologia representa tão pouco para a cultura dessas populações, ou se o reduzido registro desses termos se deve a uma seleção lexicográfica tendenciosa, que não representa a realidade linguística das respectivas comunidades falantes.

Esse mesmo raciocínio é pertinente acerca do tipo de informação cosmológica fornecida nas obras, que pode projetar o enfoque dos trabalhos. Assim, o dicionário do yuhup é caracterizado por uma inclinação etnográfica e pela valorização dos dados culturais. Dessa forma, seu inventário linguístico apresentou um percentual maior de termos cosmológicos, com predominância da esfera semântica dos mitos. No dicionário do ka'apór, por outro lado, a prioridade linguística pode ter levado a uma relativa neutralidade cultural, de modo que sobressaíssem os dados referentes a fenômenos e elementos naturais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, queremos ressaltar que a crítica metalexicográfica ora empreendida não se destina a questionar a qualidade técnica ou desabonar qualquer das propostas de dicionários investigadas. Ao contrário, analisar as referidas obras assinala o reconhecimento da sua relevância científica e social, já que constituem graves esforços no sentido promover a divulgação do conhecimento e preservar sistemas culturais extraordinários. Isso o atestam Silva & Silva, no próprio dicionário que empregamos:

Da cultura imaterial temos a etnoclassificação do tempo, com o dia marcado pelo sol, o mês pela lua e o ano pelas constelações, conhecimento esse caindo no esquecimento, mas que agora fica eternizado nessa publicação (SILVA & SILVA, *op. cit.*: 36).

O acesso a tais materiais nos viabilizou efetuar um levantamento lexical com um total de 105 dados lexicais, o que contribui para traçar um panorama da produção lexicográfica no campo das línguas indígenas brasileiras e disponibiliza informações metalexicográficas para futuros trabalhos.

Nesse sentido, queremos destacar nossa disposição em aprofundar e alargar os estudos desenvolvidos, refletindo sobre questões da cosmologia e etnografia pelo filtro das investigações aqui encetadas, bem como pelo viés de novos dados e desafios.

A manipulação e o exame de tais dados faz ver que muito ainda pode e deve ser feito para preservar a cultura multidisciplinar dos povos indígenas, cujo abissal conhecimento não se circunscreve ao domínio da cosmologia, mas se espraia seminalmente pelos mais distintos campos da ciência. Diante desse fato, um dos caminhos possíveis para preservar essa fonte inestimável de saberes é cercar os distintos campos semânticos, promovendo trabalhos com orientações temáticas específicas

(como cosmologia, laços de parentesco, ornitologia e assim por diante) que se articulem em uma rede ampla e sinérgica.

O quinhão proposto neste trabalho segue tal diretriz, ocupando-se de um domínio cultural específico como etapa necessária ao estabelecimento dessa estrutura reticular. Assim, alertamos que o enfoque cosmológico não se concluiu nesta pesquisa – ao contrário, apenas insinuou sua abertura. Esta foi a primeira concretização de um esforço recente, que avança transdisciplinarmente em distintas áreas, como a linguística, a cosmologia, a etnografia. E, justamente por isso, seu aprofundamento demanda maior espaço de tempo e mais largo acúmulo de ações.

Essa é a premissa essencial que impulsiona e fundamenta o presente trabalho – seu papel polivalente diante de distintos campos epistemológicos, que viabiliza a ampliação do saber científico e empreende esforços no sentido de resguardar a cultura que vive nos grupos indígenas aqui enraizados. Assim, a perspectiva linguística atua em prol não apenas da sua área objetiva de saber, mas também da interface humana que encarna esses saberes e assegura sua existência.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, G. Mitos e estações no céu tupi-guarani, *Scientific American Brasil*, Ed. nº 14, 2006.
- BIDERMAN, M.T.C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A.M.; ISQUERDO, A.N. (orgs.). *As ciências do léxico*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.
- BORGES, L. C. *Fala instituinte do discurso mítico guarani mbyá*. 1998. 366 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- CALDAS, R.B.C. *Uma proposta de dicionário para a língua ka'apór*. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CAMPOS, M.D. *SULear vs. NORTEar: representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia*. Série Documenta, v. 6, nº 8, Rio de Janeiro: Eicos/Cátedra Unesco de Desenvolvimento Durável/UFRJ, 1999.
- _____. A cosmologia dos caiapó, *Scientific American Brasil*, Ed. nº 14, 2006.
- FARGETTI, C.M. Céu e Terra: relações em um mito juruna, *Revista Impulso*, v. 17, nº 43, Piracicaba, 2006.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- IBGE. Censo 2010. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/20ds7>>. Acesso em 04 mar.
- MAÇÃES, B. & GRECCO, D. Sob o céu dos Boorongs, *Scientific American Brasil*, Ed. nº 14, 2006.

- RODRIGUES, A.D. 1966. Tarefas da lingüística no Brasil. Estudos Lingüísticos, *Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*, vol. 1, n. 1, p. 4-15. Disponível em:
<http://biblio.etnolinguistica.org/rodrigues_1966_tarefas>. Acesso em 08 mai.
- SEKI, L. A lingüística indígena no Brasil, *Revista D.E.L.T.A.*, v. 15, n.º especial, 1999.
- _____. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século xxi, *Revista Impulso*, v. 1, nº 27, Piracicaba, 2000.
- SILVA, C. & SILVA, E. *A língua dos yuhupdeh: introdução etnolingüística, dicionário Yuhup-Português e glossário semântico-gramatical*. São Gabriel da Cachoeira: Pró-Amazônia, 2012.
- SILVA, D. *Estudo lexicográfico da língua terena: proposta de um dicionário bilíngue terena-português*. 2013. 271 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2013.

BIBLIOGRAFIA

- FARGETTI, C.M. Pesquisa de línguas indígenas – questões de método. In: DEL RÉ, Alessandra et al (orgs.) *Estudos linguísticos contemporâneos: diferentes olhares*. Série Trilhas Linguísticas – 23, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- KOOP, G. & KOOP, L. *Dicionário Deni-Português*. 1985. Disponível em: <<http://www.sil.org/americas/brasil/publcns/dictgram/DNDict.pdf>>. Acesso em 04 mar.
- RIBEIRO, R.M.L. *Dicionário Arikapu / Português: registro de uma língua indígena amazônica*. 2008. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Guajará-Mirim, 2008.
- SARDINHA, T.B. *Linguística de Corpus*. Barueri: Manole, 2004.
- WELKER, H.A. *Dicionários - uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.